Sexta-feira, 30 de abril de 104

A Educação Superior no Brasil e na América Latina

Entrevistas

Simon Schwartzman

Graduado em Sociologia e Ciência Política pela FLASCO(Chile) e doutorado em Ciências Políticas pela Universidade da Califórnia (Berkeley). Atualmente é pesquisador associado ao Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) no Rio de Janeiro. Foi presidente do IBGE entre 1994 e 1998, e diretor do American Institutes for Research para o Brasil (AIRBrasil) entre 1999 e 2002.

@prender: O Senhor veio da área social e política, como foi sua inserção no meio educacional?
Em 1985 eu havia acabado de realizar um importante trabalho sobre a História da Ciência no Brasil, quando fui chamado para fazer parte da "Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior" idealizada por Tancredo Neves e criada pelo então ministro, Marco Maciel. Lamentavelmente, o Governo Sarney não implementou nenhuma das idéias propostas pela comissão.

Em 1989 eu fui para São Paulo e fundei o Nupes - "Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior" da Universidade de São Paulo (USP). O principal trabalho desenvolvido pelo Núcleo foi um estudo comparativo entre as políticas de ensino superior na América Latina. Nesse estudo participaram pesquisadores do Chile, Argentina, Colômbia, México, Peru e Brasil, dando origem a diversos documentos que foram publicados e apresentados em eventos nacionais e internacionais.

Neste período, uma das minhas principais publicações foi um livro, em parceria com a Eunice Durham, sobre a avaliação no ensino superior. Sobre essa temática realizamos diversos encontros e seminários na USP.

Em 1994 eu fui convidado a assumir a presidência do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e me desliguei da USP. Atualmente estou vinculado a uma instituição de pesquisas econômicas no Rio de Janeiro, o IETS (Instituto de Estudos sobre o Trabalho e a Sociedade), que pesquisa muito a questão do emprego e os indicadores sociais.

Há dois anos realizei um trabalho, por solicitação da UNESCO, sobre o futuro da educação na América Latina e no Caribe. O trabalho teve como base um questionário que circulou entre especialistas em diversas áreas da educação e, resultou em um documento apresentando as principais tendências para o futuro da educação, que chegou a ser publicado pela própria UNESCO.

@prender: Como o senhor vê a expansão do ensino superior privado no Brasil?
O ensino superior privado está ocupando um espaço que o ensino público não conseguiu e não consegue ocupar. Nesse sentido, ele tem sido benéfico ao desenvolvimento do país, pois o número de pessoas que acessam o ensino superior ainda é, proporcionalmente, muito pequeno quando comparado a outros países. Houve e há um crescimento da demanda por educação e o ensino privado respondeu a essa demanda, uma vez que o ensino público não foi capaz de fazê-lo.

Existe ainda um alto nível de controvérsia que circunda a educação superior privada brasileira. Em um extremo estão os que entendem existir uma contradição insanável entre os fins públicos da educação e os interesses privados dos proprietários das instituições privadas. Nesta perspectiva, seria inadmissível a existência de instituições privadas de fins lucrativos e a própria existência de um setor privado é vista como questionável. A expansão do setor privado e sua natureza freqüentemente empresarial são percebidas como uma aberração a que caberia limitar ou coibir, sendo no máximo tolerada como mal inevitável, mas nunca apoiada ou subvencionada. No outro extremo estão os que defendem que as instituições privadas, sobretudo as de natureza confessional, religiosa e comunitária, desempenham função social relevante e deveriam ser subvencionadas com recursos públicos, que não deveriam ser limitados ao financiamento das instituições estatais. Finalmente, no setor mais claramente empresarial, predomina a busca de uma liberdade empresarial absoluta do setor privado, em que se considera como abusivos quaisquer atos do poder público que busquem garantir a qualidade e regular a provisão de serviços do setor.

@prender: O que distingue a educação no Brasil da educação nos demais países da América Latina?
Existem padrões de desenvolvimento bastante diferentes. A tradição do ensino superior na América Latina é baseada na existência de uma grande "universidade nacional" com muitos alunos (200 a 300 mil, dependendo do país), acesso livre, alta evasão e qualidade heterogênea. Essas instituições, como era de se esperar, apresentam problemas de carência de recursos (pois são públicas e gratuitas), dificuldades administrativas, desperdício de insumos e desigualdades em todos os sentidos.

Devido a isto, o setor privado nesses países cresceu em função de uma elite descontente com o ensino público, que buscava mais qualidade e diferenciação. São instituições de menor porte, segmentadas e posicionadas de acordo com demandas específicas.

Já o Chile, o Brasil e a Colômbia apresentam modelos distintos do padrão geral da América Latina. Nesses países, o setor público é mais fechado, mais elitizado e, portanto, cresceu menos, ficando a cargo do setor privado atender à educação de massa. A vantagem desse modelo é que ele permite a preservação de certos nichos de qualidade junto a algumas instituições públicas.

Na questão da pós-graduação, o Brasil foi o país da América Latina que mais avançou, tendo como referência o modelo norte-americano. A nossa estrutura de mestrado, de doutorado, de bolsas, de controle da Capes, etc, não tem similar na América Latina.

A outra grande diferença é que o Brasil é o país da América Latina que tem o maior custo por estudante no ensino superior público. O estudante brasileiro

custa para o governo 10 vezes mais do que o estudante argentino ou chileno. O custo por aluno do ensino superior público brasileiro é semelhante ao dos países europeus, porém a qualidade, nem tanto.

No que se refere ao custo das instituições públicas no Brasil, o maior problema que o governo enfrenta é o rombo que as aposentadorias representam para a folha de pagamento total do setor.

Um ponto que chama a atenção e diferencia sua política de ensino é o caso do Chile, que está sendo muito bem sucedido em associar a verba destinada a cada instituição ao desempenho da instituição.

@prender: A cobrança de mensalidades no ensino superior público, para aqueles que podem pagar, não melhoraria esta situação?
Eu acredito que não. Eu sou a favor da cobrança de quem pode pagar, mas não acredito que os recursos levantados sejam suficientes para melhorar o ensino público. Atualmente o governo gasta de 12 a 15 mil dólares por ano para cada estudante matriculado no ensino superior público. Mesmo os que podem pagar só conseguiriam pagar até um terço desse valor e atualmente eles já não são a maioria absoluta.

@prender: O crescimento do ensino superior privado comprometeu a qualidade da educação superior no Brasil?
Não há nenhuma evidência concreta disto. Ao contrário, o Cláudio Moura Castro apresentou dados em sua última palestra, demonstrando que os novos cursos das novas faculdades particulares obtêm, na média, melhores resultados no Provão que o alcançado pelas IES particulares mais tradicionais. Na medida em que a competitividade do sistema vai aumentando, há uma pressão para o aumento da qualidade das IES devido à necessidade de ganhar espaço no mercado.

Além do mais, o setor público também apresenta sérios problemas de qualidade. A heterogeneidade do sistema público vem aumentando. Ao lado de IES muito boas, há instituições públicas muito ruins.

@prender: A expansão do ensino superior já chegou no seu limite. Há possibilidade das IES particulares terem superestimado o aumento da demanda?
Parece que sim. Já há sinais de crise no setor, principalmente devido ao aumento da inadimplência e da quantidade de vagas que não estão sendo preenchidas. E a taxa de evasão ainda está muito alta. Tudo isso leva, inevitavelmente, a uma crise, que provocará a necessidade de acertos e reajustes no setor privado.

Por outro lado, a taxa de matrícula da população entre 18 a 24 anos no ensino superior ainda continua muito baixa. Isso pode ser um indicador de que a expansão do setor irá continuar, mas se ela deve se dar de outras formas, principalmente através da diferenciação das modalidades de ensino oferecidas, onde o crescimento maior deverá ocorrer nos cursos de curta duração. Como o setor privado tem muito mais iniciativa e agilidade do que o setor público, ele deverá crescer mais também nestas novas modalidades de cursos.

Se a educação média no Brasil fosse universalizada, e todos os estudantes estivessem dentro de sua faixa etária e concluíssem o curso, teríamos um máximo de cerca de 3 milhões de jovens se formando a cada ano. Se metade destes jovens entrasse no nível superior e permanecesse nele quatro anos, isto levaria a uma taxa de matrícula líquida de 30%. Se eles permanecessem quatro anos no sistema, teríamos um total de 6 milhões de estudantes, e mais os dos grupos etários superiores. Supondo que a percentagem de estudantes mais velhos fosse de 1/3, isto daria um total de cerca de 8 milhões de estudantes, que seria o número máximo de estudantes de nível superior que o Brasil poderia comportar. Na prática, o número máximo possível para os próximos anos é bem menor. No Brasil hoje muitos jovens nunca chegam ao ensino médio, e metade dos matriculados está acima da faixa etária correspondente.

Ao lado da expansão, que parece evidenciar um segmento econômico dotado de grande dinamismo, vários são os problemas que vêm afetando as finanças do setor privado, que podem se agravar nos próximos anos. Apesar da existência de inúmeros sinais de crise no setor, discutidos mais abaixo, a demanda pela criação de novos cursos não parece ter diminuído. Em maio de 2002, havia cerca de 1.500 pedidos de autorização para a criação de novos cursos superiores protocolados no Ministério de Educação, dos quais quase 600 para novas instituições.

A grande expansão ocorrida no ensino médio nos últimos anos certamente elevou a procura por cursos superiores. Os concluintes deste nível de ensino passaram de 993 mil em 1994 para 2 234 mil em 2000 e espera-se que continuem crescendo até 2005. No entanto, o aumento de matrículas no ensino médio deu-se mais fortemente em estabelecimentos estaduais e no turno da noite. Portanto, são alunos de baixa renda, que já necessitam trabalhar ainda no ensino médio e que têm pouca probabilidade de ingressarem em cursos superiores gratuitos. A sua permanência no terceiro grau vai depender de sua capacidade de pagamento, da existência de crédito educativo e da sua convicção, ao longo do curso, em relação à efetivação do retorno do investimento que vem sendo realizado.

As estatísticas mostram uma grande evasão no sistema privado. A relação matrícula/vagas situa-se em 1,7, quando se deveria esperar algo como 4 para cursos que duram em média quatro anos. Uma outra maneira de ver esta questão é pela relação entre o número de alunos que entram e os que se formam nos diferentes cursos. Se o número de matrículas iniciais não estiver aumentando, esta relação deve ser próxima de 1. No setor privado, este número é próximo de 0,30, uma forte indicação de ineficiência, mesmo considerando que o setor está em expansão.

Esta evasão constitui-se uma importante perda de receita para os estabelecimentos privados. A solução encontrada tem sido a de manter elevadas as vagas iniciais, que hoje dificilmente são inferiores a 50 para cada turma; captar alunos via transferência; e fundir turmas dos últimos períodos. No entanto, as vagas oferecidas pelo setor privado parecem crescer mais rapidamente do que a demanda, apesar do significativo crescimento do ensino médio. Em 2000, das 970 mil vagas abertas pelo setor privado, apenas 664 mil foram preenchidas, criando uma enorme capacidade ociosa.

A reação das entidades privadas tem sido a de acirrar a concorrência entre si, através de agressivas campanhas publicitárias, rebaixamento do valor das mensalidades, localização das unidades de ensino perto do trabalho ou da residência dos alunos, facilidades de ingresso e algumas poucas instituições tentando atrair alunos pela qualidade do ensino. Assim, o sistema parece caminhar para um período de ajustes, onde provavelmente ocorrerão fusões,

vendas e desativação de cursos e programas, pois o mercado, com uma oferta que ainda não parou de crescer, não parece ter lugar para todos.

@prender: A quase ausência de pesquisas nas IES particulares compromete a qualidade dos serviços prestados por essas instituições?
Não. É importante ressaltar que não me parece que o setor privado não tenha interesse em fazer pesquisa, mas acontece que, dentro do atual modelo, ele não tem como angariar recursos para tal. Além disso, você pode ter um ensino de excelente qualidade sem ter que fazer pesquisa. Esse é o modelo americano, onde apenas 3 a 4% das instituições de ensino investem realmente em pesquisa.

@prender: Entretanto o conceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão permanece inalterado na LDB?
Isto ainda é um dos tabus da educação superior no Brasil. É resquício dos movimentos de militância estudantil e dos docentes. Na prática isso não tem mais como subsistir.

@prender: O que o senhor pensa do movimento desencadeado por algumas universidades particulares contra a autonomia dos centros universitários?
Essa é uma batalha por reserva de mercado. As universidades particulares argumentam que tem na pesquisa a justificativa da autonomia que não querem que os centros universitários tenham. Mas na prática, o que elas realmente fazem de pesquisa? Eu acho que a questão da autonomia deve ser uma questão de competência e qualidade da instituição e dos cursos e não de categoria da instituição.

@prender: Qual sua opinião quanto à entrada de grupos estrangeiros no ensino superior brasileiro?
Há vários obstáculos. O primeiro deles é o idioma. Nós falamos um idioma que quase ninguém fala. Outro fator é que o mercado da educação superior brasileira talvez não seja tão interessante e atraente para grupos internacionais como as pessoas estão achando que é. Eu acredito que vá predominar o incremento das parcerias simples e o intercâmbio entre as IES brasileiras e as estrangeiras, até porque isso poderá ser um importante elemento de marketing para nossas IES.

O Brasil ainda apresenta uma excessiva regulação na emissão de diplomas e na quantidade de profissões regulamentadas. Isto ainda é um entrave para o desenvolvimento do setor.

@prender: Quais seriam suas recomendações para os dirigentes de IES particulares melhorarem o desempenho de suas instituições?
Em primeiro lugar eles deveriam definir claramente o segmento de atuação. Se vão buscar diferenciais qualitativos para atuarem junto à elite jovem ou, se vão tentar abrir para jovens e adultos, com mensalidades mais baixas, procurando obter ganho de escala.